



ENTI ESTRATÉGIA NACIONAL
DE TERRITÓRIOS INTELIGENTES

Evento da Região Autónoma da Madeira

Calheta, 30 de setembro de 2024



Agenda



CARLOS TELES
CÂMARA MUNICIPAL DA CALHETA
PRESIDENTE

Abertura e boas-vindas

14h30 – 14h40



JOÃO ROQUE FERNANDES
AMA
CONSELHO DIRETIVO

**Capacitar para a Inovação: Componentes da
ENTI e oportunidades para os Municípios**

14h40 – 15h15

Networking e Coffee Break

15h15 – 15h30



ANA ROBALO CORREIA
DELOITTE
MANAGER

**Transformar Comunidades: Construir
Territórios Inteligentes Sustentáveis**

Instrumento de Assistência Técnica (IAT) da Comissão Europeia

15h30 – 16h00



VANDA FRANÇA
AMA – TERRITÓRIOS INTELIGENTES
CHEFE DE EQUIPA DE DADOS E INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL

**Financiar Plataformas de Gestão Urbana:
Esclarecimentos**

16h00 – 16h30

Boas-vindas



CARLOS TELES
CÂMARA MUNICIPAL DA CALHETA
PRESIDENTE



Capacitar para a Inovação:

Componentes da ENTI e
oportunidades para os Municípios



JOÃO ROQUE FERNANDES
AMA
CONSELHO DIRETIVO



A ENTI tem como visão posicionar Portugal como uma nação digital e inteligente



VISÃO

Posicionar Portugal enquanto **nação digital e inteligente**



MISSÃO

Assegurar uma **rede de territórios inteligentes e conectados** que proporcionem **desenvolvimento económico, inclusivo e sustentável**, com serviços interoperáveis centrados no cidadão e nas empresas, contribuindo para uma tomada de decisão mais fundamentada e uma gestão inteligente dos recursos essenciais

A implementação da ENTI tem o potencial de trazer inúmeros benefícios para os municípios



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. ACESSO A DADOS

Melhorar o acesso e a partilha de dados do território entre setor público e privado

2. ANALÍTICA DE DADOS

Analisar elevados volumes de dados de forma flexível

3. ALARMÍSTICA

Monitorizar e gerir em tempo real as áreas críticas de governação, através de alarmística

4. SIMULAÇÃO DE POLÍTICAS

Testar o impacto de políticas e medidas na vida de cidadãos e empresas

5. CAPACITAÇÃO E LITERACIA

Capacitar os cidadãos, empresas, administração pública e decisores políticos para os territórios inteligentes e para o digital

6. ECONOMIA CIRCULAR

Promover a utilização inteligente dos recursos e a economia circular

7. INOVAÇÃO

Potenciar a inovação e empreendedorismo, com acesso a dados abertos e transparentes

8. PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Aumentar a segurança e a capacidade de resposta a emergências, através de sistemas integrados

MELHORAR A
SUSTENTABILIDADE
DO TERRITÓRIO
E A VIDA DOS
CIDADÃOS E DAS
EMPRESAS

O Governo introduziu novas orientações na ENTI para maior envolvimento dos municípios

NOVAS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS À IMPLEMENTAÇÃO DA ENTI

1

**MAIOR PREPONDERÂNCIA DOS
MUNICÍPIOS NO MODELO DE
GOVERNO DA ENTI**

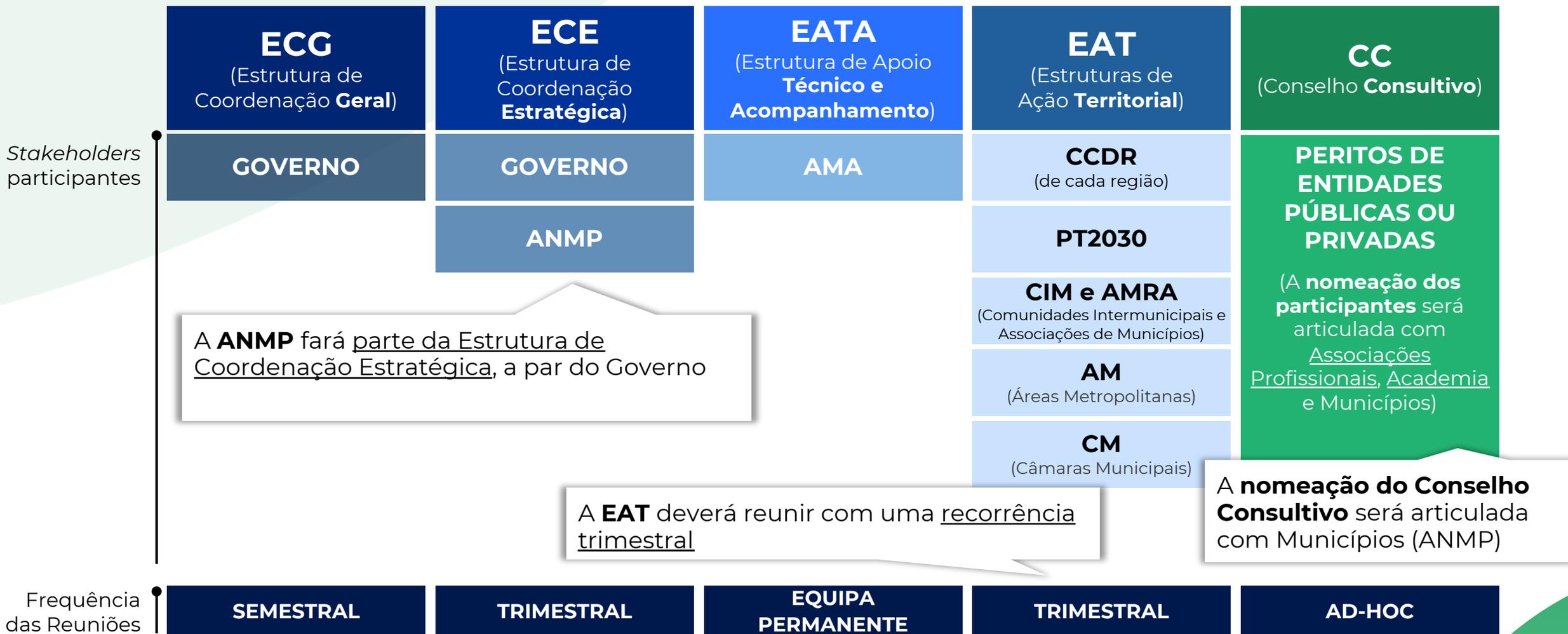
A **Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP)** fará parte da **Estrutura de Coordenação Estratégica**, a par do Governo

2

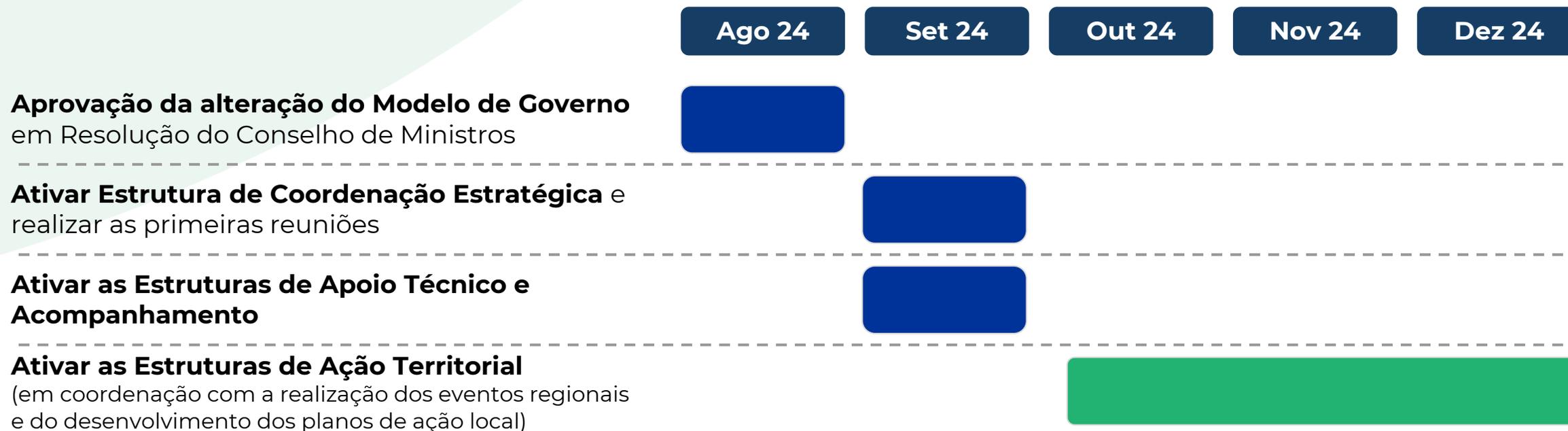
**NOVA ARQUITETURA PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS
DE GESTÃO URBANA (PGU)**

As CIM, AM, AMRA, e Municípios terão **autonomia na implementação de PGU**

A tutela propõe que os municípios tenham uma voz mais ativa na implementação da ENTI



A tutela irá ativar as estruturas do Modelo de Governo, após aprovação das alterações em CM

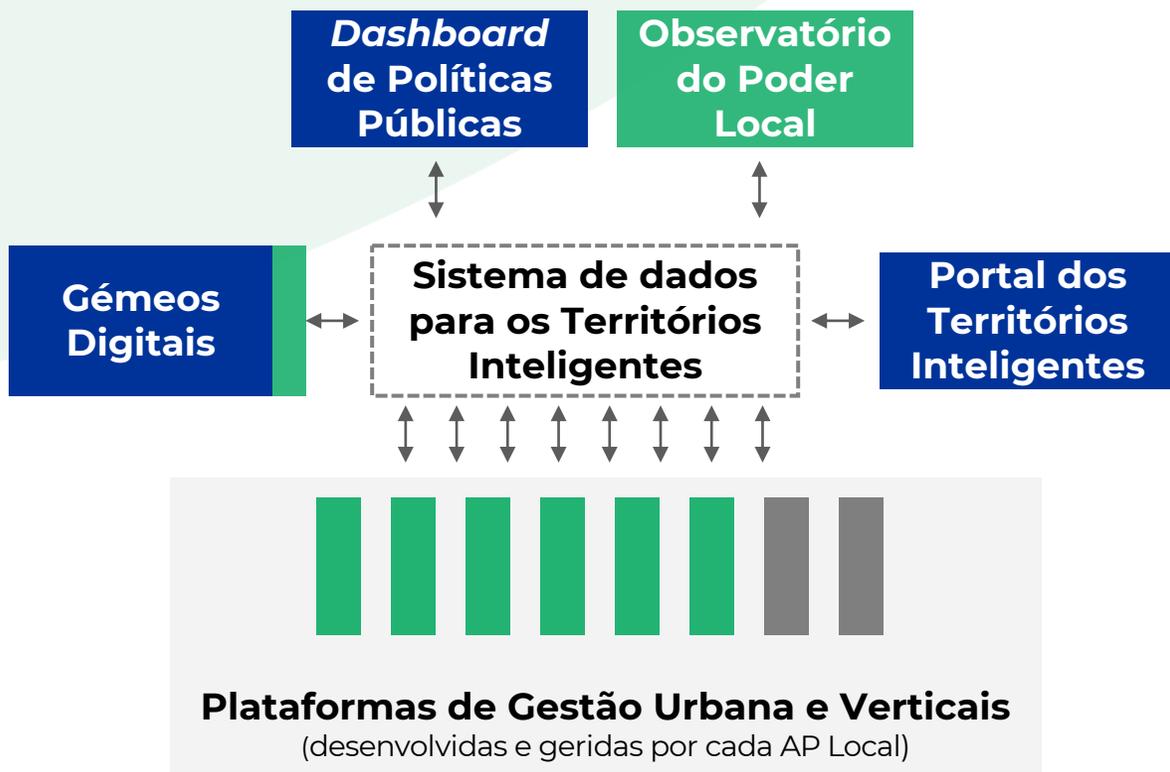


■ Responsabilidade do Governo/AMA

■ Responsabilidade dos Municípios

A arquitetura da estratégia é constituída por plataformas tecnológicas com diferentes objetivos

Arquitetura da ENTI



Objetivos das plataformas

Dashboard / Observatório

Apoiar a tomada de decisão política a nível central e local com base em dados do território

Gémeos Digitais

Realizar estudos de áreas estratégicas e prioritárias para o país, através da modelação de protótipos

Portal dos Territórios Inteligentes

Partilhar políticas e boas práticas sobre os territórios inteligentes, promovendo investimento e transparência

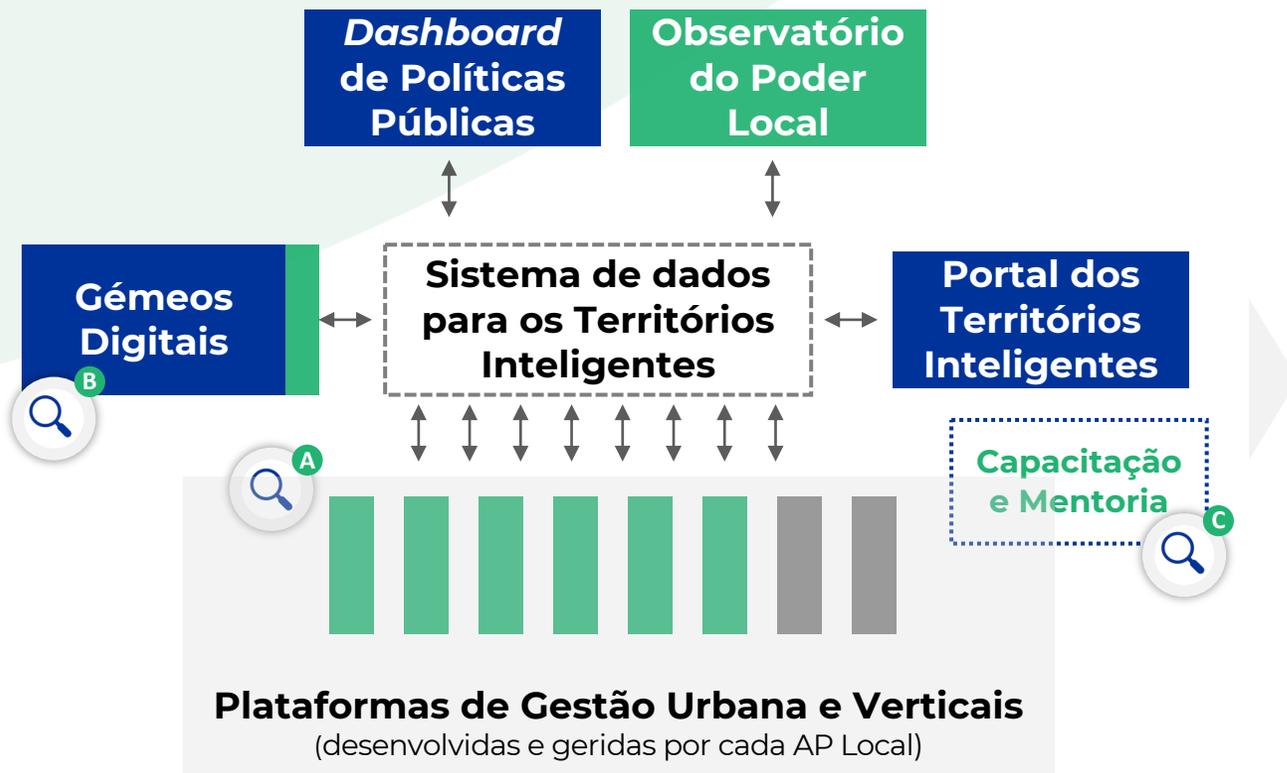
P. Gestão Urbana e verticais

Suportar a tomada de decisão e gestão territorial dos municípios e regiões, através da recolha e análise de dados

Legenda: ■ Novas plataformas da AP Central ■ Novas plataformas da AP local ■ Plataformas existentes nos municípios

A arquitetura da estratégia é constituída por plataformas tecnológicas com diferentes objetivos

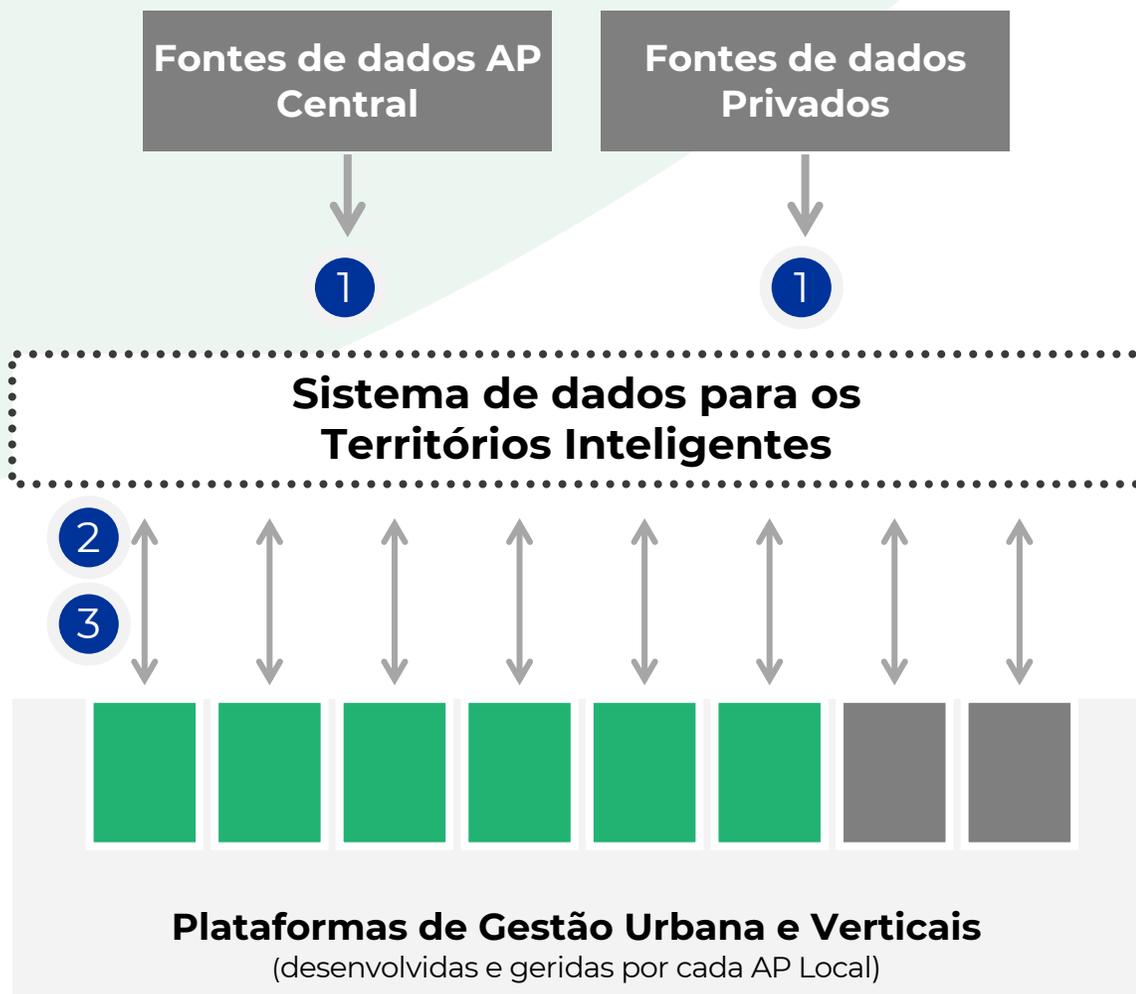
Arquitetura da ENTI



3 COMPONENTES:

- A** Plataformas de Gestão Urbana
- B** Gêmeos Digitais
- C** Capacitação e Mentoria

Os municípios terão acesso a dados de privados e AP central, através do Sistema de Dados TI



FLUXOS DE DADOS

- 1** **Recolha de dados do setor público e privado** de forma centralizada, reduzindo esforço e encargos de recolha para os vários beneficiários dos dados
- 2** **Partilha de dados disponibilizados de várias fontes com os municípios** para potenciar acesso a dados para análises e alarmística e suportar a gestão do território por parte dos municípios
- 3** **Partilha de dados dos municípios** para permitir uma melhor tomada de decisão a nível da AP Central e potenciar a criação de produtos e serviços para os municípios

Calendário de interações entre a AMA e os municípios

Ago 24 Set 24 Out 24 Nov 24 Dez 24 Jan 25 Feb 25 (...) Jun 26

Partilha de parecer, por parte dos municípios, relativo ao draft de aviso elaborado pela AMA



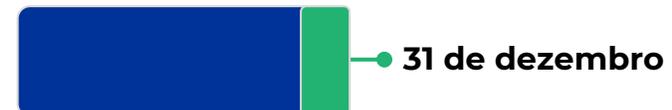
Validação de proposta de aviso com a Estrutura de Missão e **lançamento do aviso**



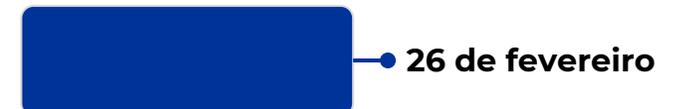
Candidatura ao aviso, por parte das CIM, AM, AMRA e Municípios



Análise de candidaturas e clarificação de pedidos de esclarecimento



Publicação de relatório final de seleção de candidaturas e **contratação**



Desenvolvimento das Plataformas de Gestão Urbana e dos verticais



Responsabilidade dos Municípios

Responsabilidade do Governo/AMA

A meta PRR contempla o desenvolvimento de 5 gémeos digitais (até ao final do 1º T de 2026)

OBJETIVOS & METAS

- **Desenvolvimento de protótipos de Gémeos Digitais em domínios prioritários nacionais** como a água e agricultura, a resiliência às alterações climáticas, a mobilidade, a descarbonização, a saúde, a energia, o turismo e a proteção civil.
- Mínimo de **5** protótipos de Gémeos Digitais como meta
- **1º T 2026** como prazo de execução

INTERVENIENTES

- O lançamento dos concursos e a avaliação das candidaturas através de **parceria entre a AMA e a FCT**



- As candidaturas ao concurso deverão ser **realizadas em consórcio**, e os municípios podem candidatar-se, através de parcerias/ protocolos com outras entidades (e.g. fornecedores tecnológicos)

PRÓXIMOS PASSOS

- 1** **Assinatura do protocolo entre a FCT e a AMA**
- 2** **Lançamento do concurso** (4ºT 2024)
- 3** **Prazo de envio de candidaturas** (até final de dezembro de 2024)
- 4** **Fim de implementação** (até final de março de 2026)

A capacitação e mentoria é fundamental para uma adequada implementação e aplicação da ENTI

OBJETIVOS & METAS

CAPACITAÇÃO:

1. **Capacitar os municípios relativamente aos Territórios Inteligentes**, com os seguintes objetivos:

- i. Capacitar **650 formandos** pertencentes às autarquias
- ii. Desenvolver os **Planos de Ação Local**, para aplicação da ENTI a nível regional/local

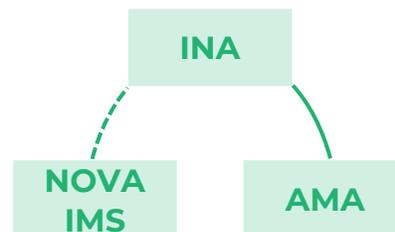
MENTORIA:

1. **Capacitar mentores locais para apoiar a implementação dos Planos de Ação Local** para os Territórios Inteligentes

INTERVENIENTES

CAPACITAÇÃO:

A componente de capacitação será desenvolvida através de um protocolo assinado entre **o INA e a AMA**



MENTORIA:

A componente de mentoria será desenvolvida através de um protocolo similar

PRÓXIMOS PASSOS

CAPACITAÇÃO:

- 1 **Formação em Territórios Inteligentes**
(4ºT 2024 – 1ºT 2025)
- 2 **Desenvolvimento dos Planos de Ação Local em contexto de formação em TI**
(até final 1ºT 2025)

MENTORIA:

- 3 **Formação de mentores para apoiar a implementação dos Planos de Ação Local**
(4ºT 2024 – 1ºT 2025)

Coffee & Networking



Transformar Comunidades:

Construir territórios inteligentes
sustentáveis



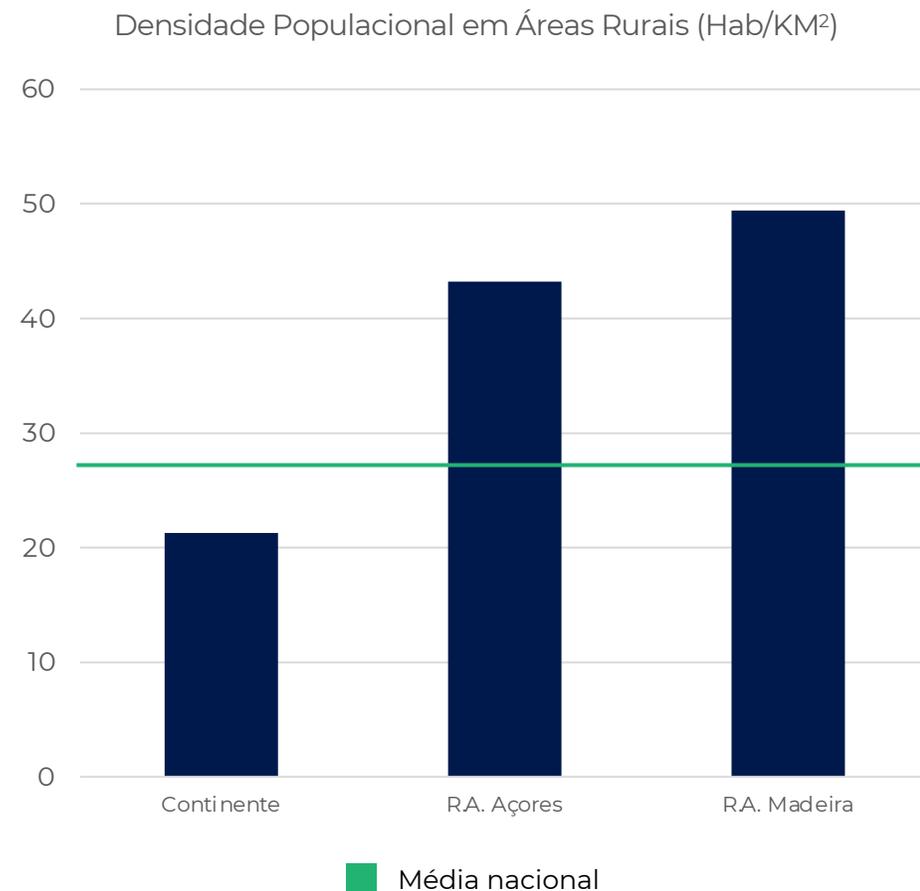
ANA ROBALO CORREIA
DELOITTE
MANAGER



A Região Autónoma da Madeira apresenta alta densidade populacional rural, destacando a necessidade de soluções digitais na área da saúde

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a Região Autónoma da Madeira apresenta uma **densidade populacional rural de 49,4 hab/km², o que é significativamente superior à média rural nacional de 22,0 hab/km²**. Este valor também supera a densidade de outras regiões, como o Continente, e a Região Autónoma dos Açores.

Este fator pode aumentar os **desafios no acesso aos cuidados de saúde**, dado que estas áreas, ainda têm uma população significativa que pode ter dificuldades em aceder a infraestruturas de saúde centralizadas, justificando a necessidade de soluções digitais de saúde para melhorar o acesso aos cuidados.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2021) Densidade populacional (Nº/Km²) por Local de residência (NUTS – 2013) e Tipologia de áreas urbanas

As tecnologias certas podem trazer benefícios significativos

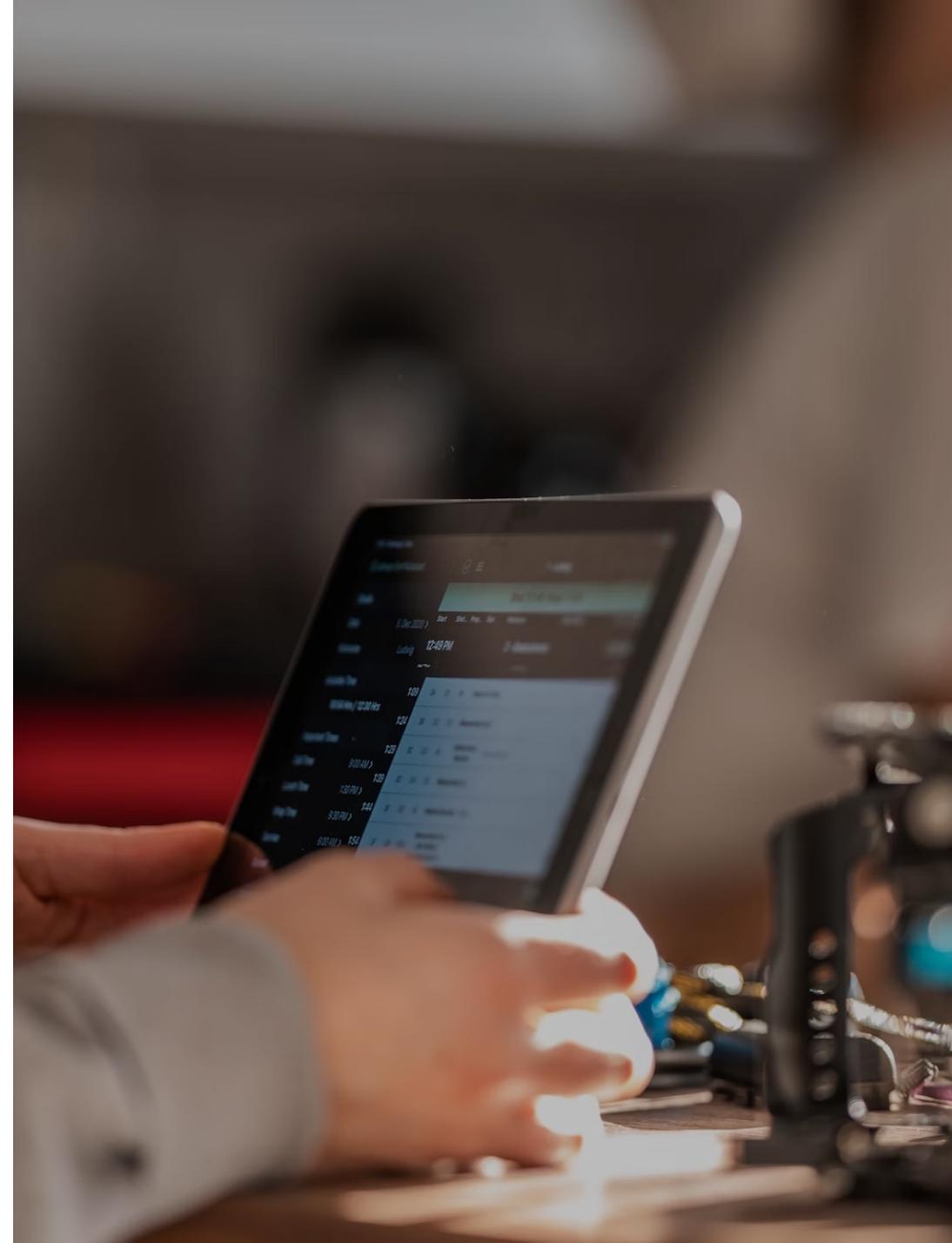
A Madeira Implementou um Sistema Integrado de Registos Eletrónicos de Saúde

A Madeira implementou o **Smart4Health**, através da colaboração com projetos europeus como o Horizon 2020, um sistema de registos eletrónicos de saúde que permite a **partilha de dados entre unidades de saúde**, assegurando acesso ao histórico clínico dos pacientes. Os utentes podem consultar dados médicos, agendar consultas online e monitorizar tempos de espera nas urgências.

Resultados

Este sistema **melhora o acesso aos cuidados de saúde, especialmente em áreas remotas**, permitindo a partilha de dados médicos entre profissionais. As soluções digitais oferecidas asseguram cuidados eficientes e contínuos para todos os cidadãos, reforçando a equidade no acesso. **Mais de 260 000 utentes** foram beneficiados com esta iniciativa.

Fonte: [Madeira Digital Health and Wellbeing](#)



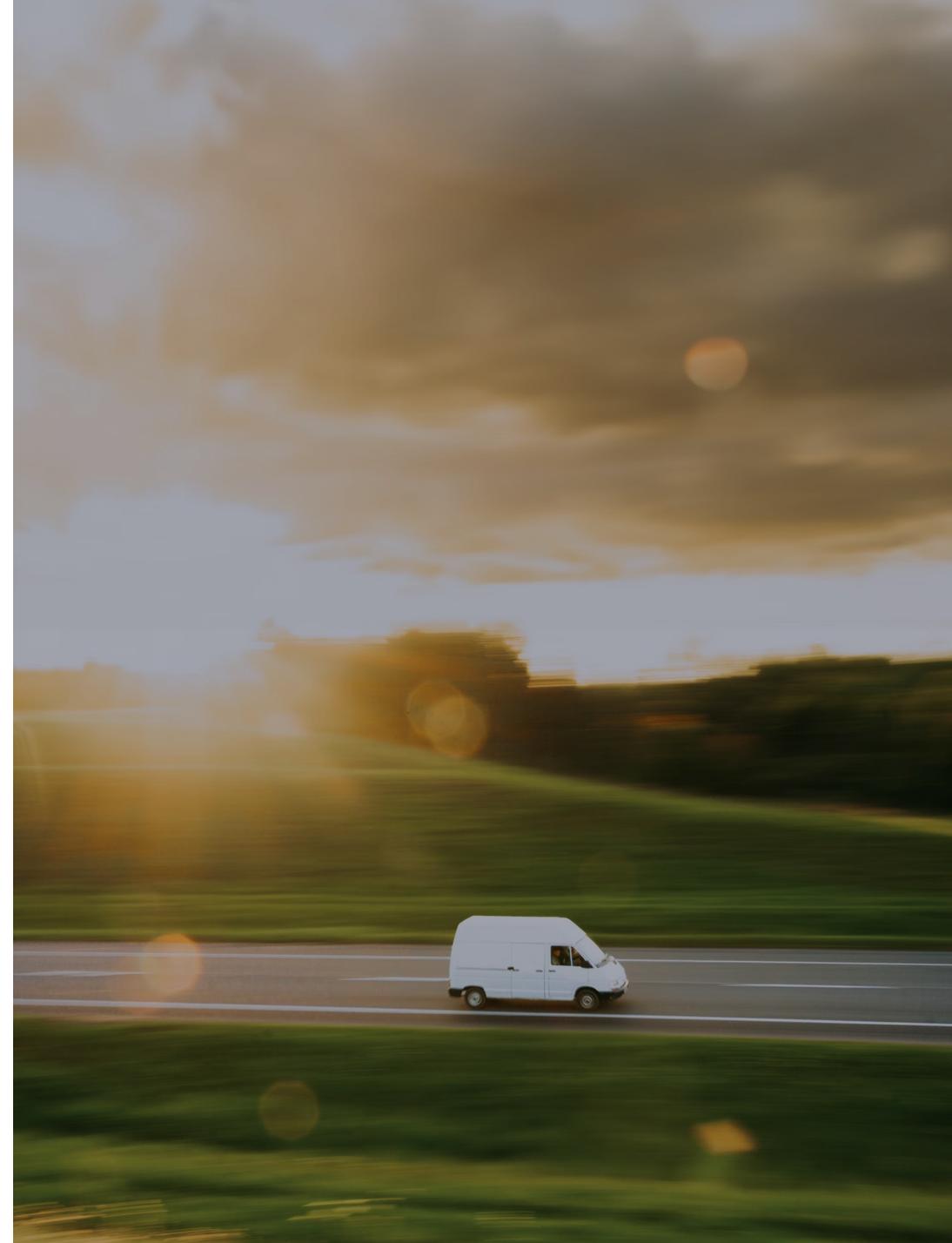
As tecnologias certas podem trazer benefícios significativos

Alfândega da Fé Implementou uma Unidade Móvel de Saúde

O município de Alfândega da Fé, para combater o isolamento social da população idosa, implementou uma **Unidade Móvel de Saúde** que se desloca quinzenalmente às aldeias do concelho.

Resultados

Esta iniciativa visa não só garantir a **continuidade e proximidade dos cuidados de saúde à população idosa em zonas remotas**, mas também promover a prevenção de doenças e a literacia em saúde. A Unidade Móvel oferece consultas regulares e capacita os utentes com competências básicas de saúde, promovendo a autonomia e melhorando a qualidade de vida.



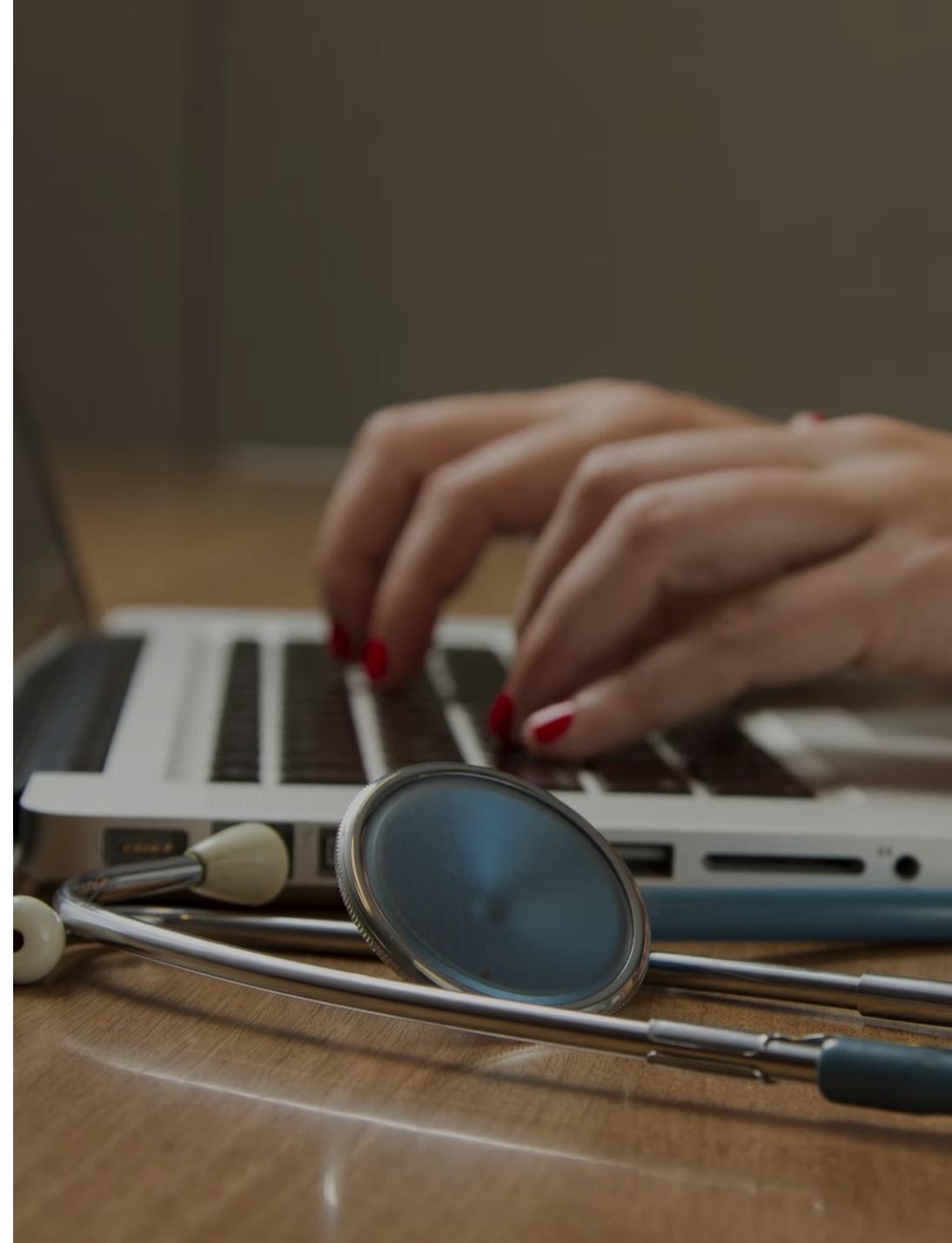
As tecnologias certas podem trazer benefícios significativos

Covilhã Implementou Sistema de Monitorização Remota de Pacientes Crónicos

O **Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira** adotou o sistema *HC Alert*, uma **solução de telemonitorização** desenvolvida pela *Hope Care*, para **acompanhar pacientes com doenças crónicas**. A plataforma recolhe dados de dispositivos de monitorização, permitindo aos profissionais acompanhar o estado clínico dos pacientes em tempo real, evitando deslocações desnecessárias ao hospital.

Resultados

Desde a implementação, o *HC Alert* resultou numa **redução de 85% dos episódios de urgência, de 56% dos reinternamentos hospitalares e de 45% dos dias de internamento no hospital**. A solução melhorou a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes e otimizou os recursos hospitalares.



As tecnologias certas podem trazer benefícios significativos

Lisboa está a monitorizar as condições de vida dos idosos com recurso à Internet das Coisas

A Cruz Vermelha Portuguesa implementou uma solução de monitorização das pessoas idosas em situações de isolamento social, às quais oferece serviços de apoio domiciliário. Através da **implementação de sensores IoT**, é possível efetuar um acompanhamento da sua vida quotidiana, detetando comportamentos anormais e acionando alertas. Deste modo, a equipa de cuidados sociais oferece uma resposta atempada e de forma adequada a problemas de saúde ou incidentes.

Resultados

Desde a sua implementação, os sensores IoT permitiram a monitorização das condições de vida e saúde dos idosos em **36 locais como habitações e lares de idosos.**



As tecnologias certas podem trazer benefícios significativos

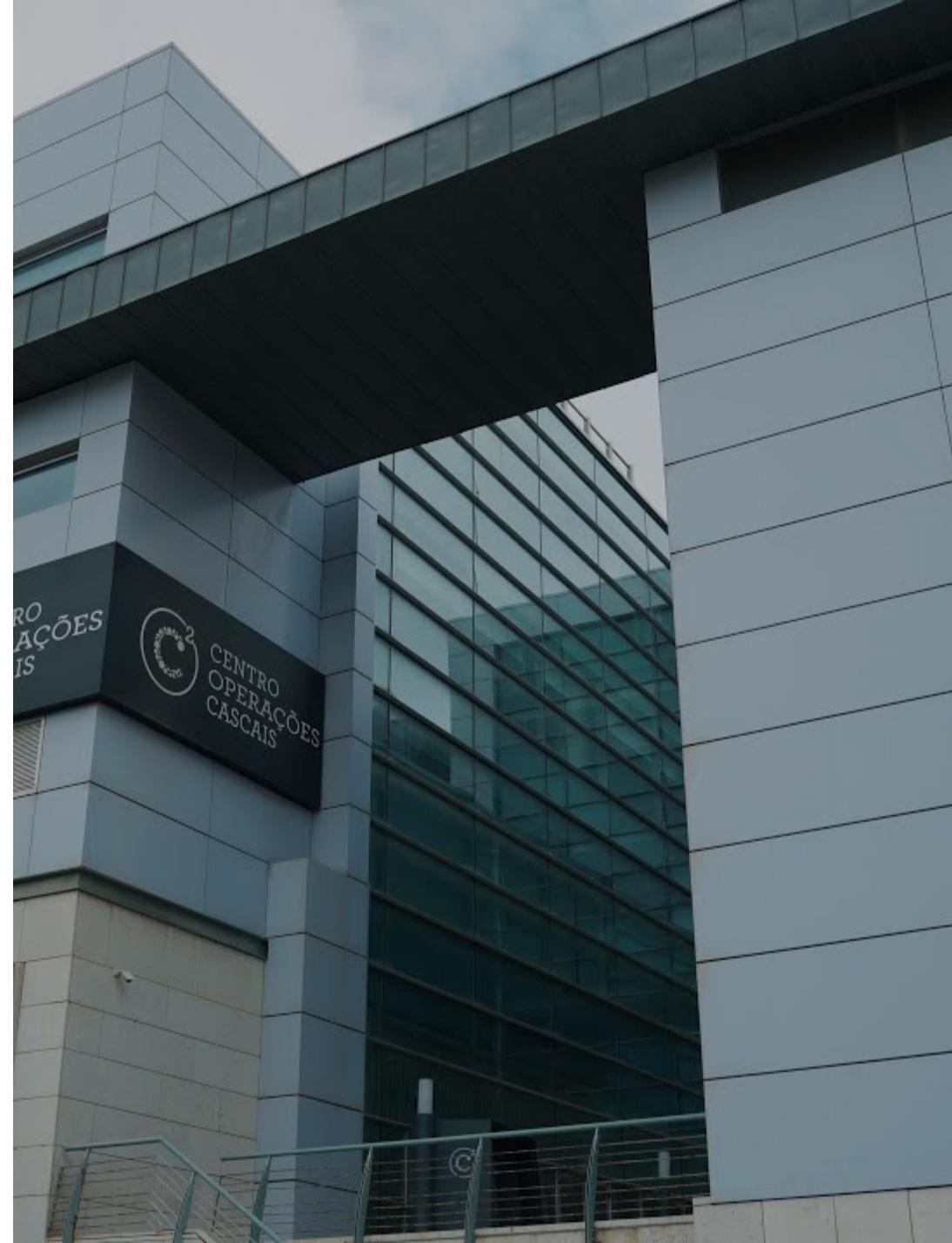
Cascais implementou um Centro de Operações para melhorar a eficiência dos serviços municipais

A Câmara Municipal de Cascais implementou um **centro de comando operacional** com vista à integração de dados de **15 soluções inteligentes existentes na cidade**. Através de uma plataforma de gestão urbana, a cidade é capaz de centralizar a monitorização em tempo real, a análise de dados e a coordenação de serviços urbanos, de modo a melhorar a eficiência operacional e a tomada de decisão.

Resultados

A integração de dados de soluções inteligentes permitiu uma gestão operacional mais eficiente. Em particular, durante a **pandemia da Covid-19**, o centro de operações permitiu obter numa única plataforma informações sobre casos suspeitos, calendário e resultados de testes, mapas de infeção e propagação de doenças.

Fonte: [Câmara Municipal de Cascais](#)



As tecnologias certas podem trazer benefícios significativos

A Finlândia desenvolveu o Health Village: uma plataforma digital de saúde

A Finlândia criou a **Health Village**, uma plataforma digital desenvolvida por especialistas nas áreas de saúde e serviços sociais, em cooperação com universidades, pacientes e organizações. A plataforma oferece portais especializados, que permitem aos cidadãos **aceder a informações de saúde confiáveis, consultas virtuais, apoio para doenças crônicas e programas de educação** de pacientes.

Resultados

Esta iniciativa **melhora o acesso à saúde**, especialmente em áreas remotas, e **promove a autogestão da saúde**, garantindo a continuidade dos cuidados e a capacitação dos pacientes. Esta plataforma teve mais de **3 milhões de visitas anuais** e foi utilizada por mais de **500 000 pacientes** para consultas virtuais e gestão de doenças crônicas

Fonte: [Health Village](#)



Transformar Comunidades: Construir territórios inteligentes sustentáveis

Este tipo de casos de uso (entre outras ferramentas) poderão ser encontrados na *framework* de Planos de Ação Local e Regional

Funded by the European Union
Instrumento de assistência técnica (IAT) no âmbito do convite a apresentação de propostas TSC-IP-02/2020 em aplicação do procedimento do contrato-quadro REFORM/202/OP/0006/Lote 1

Framework para Planos de Ação Local e Regional de Territórios Inteligentes

PRR REPÚBLICA PORTUGUESA Agência para a Modernização Administrativa

IMPORTANTE GARANTIR QUE:

- Os indicadores selecionados seguem as melhores práticas de monitorização;
- É definido um modelo de governo, com estruturas de acompanhamento fixas e fóruns regulares;
- A comunicação entre os níveis municipal e intermunicipal é articulada e fluida, garantindo o alinhamento nos pontos comuns entre iniciativas.

PARA QUE SEJA POSSÍVEL:

Qualis os conjuntos de dados típicos de um território?
Os conjuntos de dados de um município ou região apresentam um elevado valor devido ao seu contributo para pilares fundamentais dos territórios inteligentes.

Exemplo (ilustrativo) de conjuntos de dados de território inteligente:

Domínio ENTI	Conjunto de Dados	Exemplos de Indicadores	Prontidão do Conjunto de Dados	Responsável
Governação Inteligente	Orçamento Público	Total do investimento alocado equamente a inovação e desenvolvimento	Disponível no imediato	Direção Administrativa e Financeira
	Despesas Públicas	Despesas anuais em inovação e desenvolvimento	Pendente	Direção Administrativa e Financeira
Sociedade Inteligente	Participação Pública	Total de bens e serviços adquiridos por categoria, adjudicatário e valor	Disponível no imediato	Direção Administrativa e Financeira
	Estadísticas oficiais das eleições, incluindo registos de votação	Número de eleitores por zona eleitoral Taxa de abstenção nas eleições autárquicas	Disponível no imediato	Gabinete de Apoio ao Eleitor
Mobilidade Inteligente	Dados sobre tráfego em tempo real	Número de passageiros por tipo de transporte público	Indisponível	Direção de Mobilidade
	Estadísticas sobre	Frequência média de viagens por passageiro	Indisponível	

10. DEFINIR UM MODELO DE GOVERNO

Após selecionar os indicadores de monitorização de impacto, é importante nomear estruturas de acompanhamento de modo a garantir o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos no plano de ação.

Qual o modelo de governo adequado?
De acordo com o *Program Management Institute*⁶⁶, a gestão de um plano de ação pode ser efetuada a diferentes níveis, sendo que o modelo de governo a definir varia de acordo com os objetivos estratégicos que se pretendem atingir.

O modelo de governo adequado para um Plano de Ação de Território Inteligente é constituído por 4 níveis distintos, do estratégico ao operacional, devendo a sua implementação ocorrer numa abordagem top-down.

Qualis os papéis desempenhados por cada estrutura?
As estruturas do modelo de governo são compostas por:



NESTA SECÇÃO VAI APRENDER:

- A mapear as iniciativas existentes e identificar os principais desafios que necessitam de ser abordados;
- A determinar o nível de maturidade do município em termos de dados, infraestrutura digital e iniciativas inteligentes, identificando pontos fortes e oportunidades de melhoria.

1. IDENTIFICAR DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS RELEVANTES

Com esta atividade pretende-se identificar documentos estratégicos que contenham informações sobre as prioridades definidas para o território, bem como as iniciativas em curso ou planeadas para o horizonte temporal da ENTI.

Que tipo de documentos devem ser analisados?
Os documentos relevantes que devem ser identificados são aqueles que impactam de alguma forma o tema dos territórios inteligentes, tais como:

- Estratégias regionais de desenvolvimento territorial do Portugal 2030: contratos de desenvolvimento e coesão territorial, que visam a concertação, alinhamento e compromisso, em torno das necessidades e prioridades de cada realidade local, assinados entre CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e Entidades Intermunicipais.

QUICK-WIN

Criar um modelo de orçamento participativo a ser testado em pequena escala

#co-criação #cidadaniaat

SABIA QUE...
Cascais promoveu a sua 12ª edição do Orçamento Participativo? Desde 2011 que o Município de Cascais promove o Orçamento Participativo¹⁸, uma iniciativa na qual cada cidadão é convidado a apresentar propostas e a decidir sobre uma parte do orçamento municipal. Este sistema de participação contribui para uma cidadania ativa, informada e responsável. Através dos euros do orçamento municipal participativo e cidadania que os Municípios.

SABIA QUE...
A Estónia é pioneira na implementação de um sistema de assinatura digital que inclui assinatura digital e autenticação eletrónica. Este sistema garante a segurança e a transparência da participação eletrónica e foi utilizada pela primeira vez na história, foram.

#transparência #blockc

18 Câmara Municipal de Cascais, Orçamento Participativo, (Cascais/Participa) e Estónia, Living (e-Democracy & open data - e-Estonia)

Características e especificidades de cada território contribuem para:

- Obter uma visão clara das prioridades e iniciativas em curso ou planeadas para fazer face aos desafios do território;
- Assegurar que o presente plano de ação e as respetivas iniciativas a identificar estão em linha com as prioridades estratégicas e os planos de investimento a nível municipal e regional;
- Garantir que os recursos financeiros, humanos e tecnológicos são alocados de forma eficiente e eficaz, evitando a duplicação de esforços.

Exemplo (ilustrativo) de sistematização de projetos inteligentes

Descrição do projeto	Domínio ENTI
P1 Implementação de um centro de comando e controlo do território inteligente	Governação Inteligente
P2 Programa de literacia digital, com ações de formação ao cidadão sobre tópicos de territórios inteligentes	Sociedade Inteligente
P3 Mapeamento de pontos críticos de fluxo de tráfego do território, suportado por tecnologia inteligente	Mobilidade Inteligente
P4 Instalação de soluções LED em postes de iluminação pública	Ambiente Inteligente
P5 Implementação de um sistema de rega inteligente suportado pela tecnologia 5G	Ambiente Inteligente
P6 Desenvolvimento de uma aplicação móvel que permite aos cidadãos reportar locais de acumulação de resíduos	Ambiente Inteligente
P7 Criação de comunidades de energia que visam a produção, consumo, armazenamento e/ou venda de energia de forma coletiva	Qualidade de Vida Inteligente
P8 Programa de apoio ao empreendedorismo e inovação, incluindo competições de dados abertos	Economia Inteligente

Exemplo (ilustrativo) de sistematização de desafios do território

Descrição do desafio	Domínio ENTI
D1 Tempo de resposta muito elevado nos processos de licenciamento urbanístico	Governação Inteligente
D2 Nem todos os cidadãos estão familiarizados ou confortáveis com o uso de novas tecnologias, o que dificulta a adoção das iniciativas inteligentes pela comunidade	Sociedade Inteligente
D3 Ausência de acesso a dados em tempo real que permitam informar o município acerca da ocupação dos parques de estacionamento	Mobilidade Inteligente
D4 Comunicação descentralizada com o município, aumentando os tempos de resposta e prejudicando o nível de satisfação	Transversal aos domínios ENTI
D5 Inexistência de uma visão agregadora que promova a gestão da operação baseada em dados em tempo real	Transversal aos domínios ENTI
D6 Insuficiência de recursos humanos especializados em tecnologias emergentes	Transversal aos domínios ENTI
D7 Ausência de interoperabilidade dos sistemas de informação de suporte à tomada de decisão	Transversal aos domínios ENTI

A *framework* apresenta 3 fases essenciais de construção dos Planos de Ação Local e Regional

O PRINCIPAL OBJETIVO DA FRAMEWORK É:

Auxiliar os municípios e entidades intermunicipais na **materialização das prioridades estratégicas** definidas a nível regional...

...em **ações operacionais** a implementar a nível local...

...para **maximizar o impacto dos dados e da tecnologia** na operação dos municípios inteligentes.



Transformar Comunidades: Construir territórios inteligentes sustentáveis

Os templates para Planos de Ação Local e Regional visam apoiar os municípios e entidades intermunicipais a materializar estes conceitos

The image shows the cover and the first page of a template for a 'Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes'. The cover is green and features the ENTI logo (ESTRATÉGIA NACIONAL DE TERRITÓRIOS INTELIGENTES) and a placeholder for the municipality logo. The title is 'Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes' with fields for '[Nome do Município]', '[Mês]', and '[Ano]'. Logos for PRR, PORTUGAL, and ama are at the bottom. The first page is white with a search bar, a table for 'Análise às estratégias locais de territórios inteligentes municipais existentes no município', and a 'Responsável' field with an example: 'Direção Administrativa e Financeira'. The page number '7 | Página' is at the bottom.

The image shows the cover and the first page of a template for a 'Plano de Ação Regional de Territórios Inteligentes'. The cover is green and features the ENTI logo (ESTRATÉGIA NACIONAL DE TERRITÓRIOS INTELIGENTES) and a placeholder for the intermunicipal entity logo. The title is 'Plano de Ação Regional de Territórios Inteligentes' with fields for '[Nome da Entidade Intermunicipal]', '[Mês]', and '[Ano]'. Logos for PRR, PORTUGAL, and ama are at the bottom. The first page is white with a search bar, a table for 'Análise às estratégias regionais de territórios inteligentes municipais existentes no município', and a 'Responsável' field with an example: 'Direção Administrativa e Financeira'. The page number '7 | Página' is at the bottom.

Financiar Plataformas de Gestão Urbana: Esclarecimentos



VANDA FRANÇA
AMA – TERRITÓRIOS INTELIGENTES
CHEFE DE EQUIPA DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



Aviso para o financiamento de Plataformas de Gestão Urbana (PGU) e Verticais

SUMÁRIO DO AVISO

- Implementação de **uma PGU** nova ou evolução de uma existente
- **Utilização da PGU por todos os municípios**
- Implementação de **vários verticais**
- Utilização dos verticais pode ser apenas **por parte dos municípios** envolvidos na candidatura
- Cada município só pode estar presente **numa candidatura**
- Compromisso de todos os municípios com a **partilha de dados com o sistema de dados para os TI**



(Plataformas de Gestão Urbana e Verticais)

O QUE SE PRETENDE ALCANÇAR?

Meta PRR

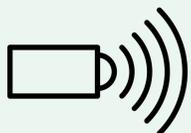
75 municípios com PGU, até final do 1º S 2026

Objetivos do investimento

- 1. Promover maior coesão territorial**, privilegiando candidaturas com maior número de municípios de baixa densidade
- 2. Assegurar elevada cobertura do território** nacional, privilegiando candidaturas com maior número de municípios
- 3. Gerar um elevado número de dados** e inteligência sobre o território, privilegiando candidaturas que sejam capazes de gerar mais serviços de dados

Aviso para o financiamento de Plataformas de Gestão Urbana (PGU) e verticais

SENSORES E REDES DE COMUNICAÇÃO



PLATAFORMAS VERTICAIS

Gestão ou monitorização de uma atividade específica

GOVERNANÇA INTELIGENTE: Orçamento participativo | Ocorrências | Ocupação de espaço público | Empreitadas

ECONOMIA INTELIGENTE: Parque comercial | Parque empresarial

MOBILIDADE INTELIGENTE: Tráfego | Estacionamento | Mobilidade suave | Transportes públicos | Condicionamentos de trânsito | Transportes a pedido

AMBIENTE INTELIGENTE: Iluminação pública | Parque edificado | Resíduos sólidos | Consumos de água | Rega de espaços verdes | Qualidade do ar | Ruído | Caudais e marcas de cheia

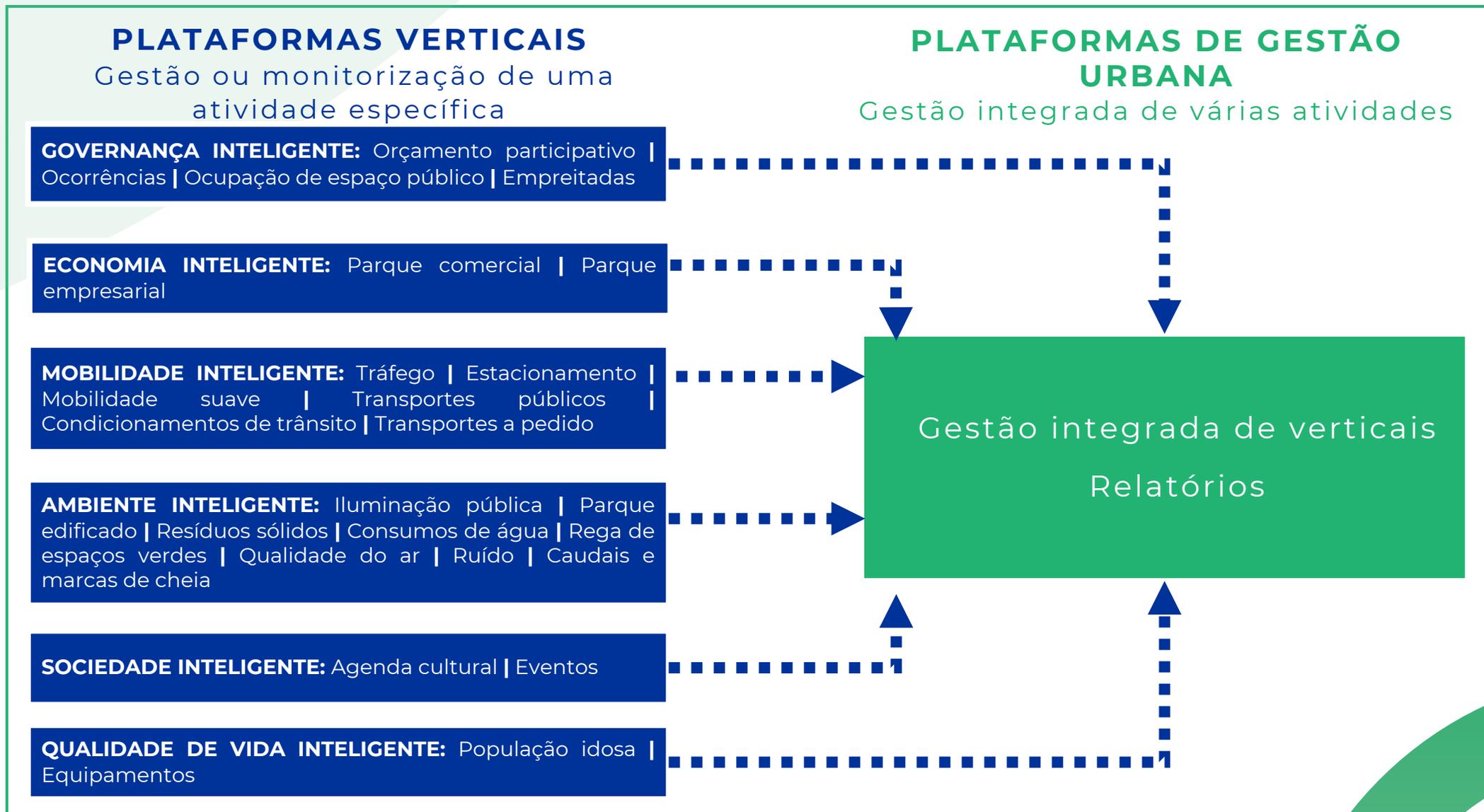
SOCIEDADE INTELIGENTE: Agenda cultural | Eventos

QUALIDADE DE VIDA INTELIGENTE: População idosa | Equipamentos

PLATAFORMAS DE GESTÃO URBANA

Gestão integrada de várias atividades

Gestão integrada de verticais
Relatórios



Principais Alterações ao Aviso após recolha dos contributos da Administração Local:

- **Redes de comunicações para sensores passam a ser elegíveis**
- **Critérios de Avaliação das Candidaturas ajustados de forma a:**
 - Simplificar a contabilização de municípios em CIM
 - Clarificar o conceito do que se entende por sistemas geradores de dados (no âmbito do Aviso)
 - Incluir as regiões ultraperiféricas
- **Limites máximos de financiamento ajustados para:**
 - Distribuir de forma mais equilibrada o financiamento em função do nº de municípios x nº médio de verticais

1

EXISTE OBRIGATORIEDADE DOS CONCORRENTES REALIZAREM ALGUM PLANEAMENTO NA ÁREA DOS TERRITÓRIOS INTELIGENTES?

Sim, foi integrado, no Anexo II, uma condição de compromisso de que todos os municípios que compõem a candidatura irão desenvolver o seu Plano de Ação Local no âmbito da Capacitação em Territórios Inteligentes. Essa Capacitação tem início previsto para o último trimestre de 2024.

2

EXISTE ALGUM PRAZO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE GESTÃO URBANA (PGU)?

Sim, a entrada em produção das Plataformas de Gestão Urbana não pode ultrapassar 31 de março de 2026. No entanto, todas as faturas e despesas devem ser entregues até 30 de junho de 2026.

3

NUMA MESMA CANDIDATURA PODERÁ SER FINANCIADA A AQUISIÇÃO DE UMA PGU E SIMULTANEAMENTE A EVOLUÇÃO DE UMA EXISTENTE?

Não, apenas será financiada uma das opções, a aquisição de uma nova PGU ou a evolução de PGU existente.

4 NUMA CANDIDATURA, É ELEGÍVEL INTEGRAR VÁRIOS MUNICÍPIOS, MESMO QUE DENTRO DESTES EXISTA JÁ MAIS DO QUE UMA PGU?

Sim, uma candidatura na modalidade de entidade intermunicipal com a totalidade dos seus municípios e com uma ou mais PGU existentes poderá ser elegível, mas apenas para aquisição de uma nova ou alargamento de uma das existentes à totalidade dos restantes municípios.

5 OS MUNICÍPIOS PODEM CONCORRER DE FORMA INDIVIDUAL ÀS PLATAFORMAS DE GESTÃO URBANA (PGU)?

Sim, o Aviso não inviabiliza candidaturas individuais de municípios. No entanto, tendo em conta que a AP local terá de assegurar a continuidade de funcionamento dos sistemas obtidos pós PRR, as candidaturas efetuadas através de entidades intermunicipais ou grupos de municípios irão contribuir para uma maior sustentabilidade do investimento, sendo por isso valorizadas.

6 A FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A UTILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS PODE SER CONSIDERADA COMO DESPESA ELEGÍVEL?

Sim, a formação poderá ser incluída nos serviços de suporte ao utilizador.

7

OS SENSORES E AS REDES DE COMUNICAÇÕES PODERÃO SER CONSIDERADAS COMO DESPESAS ELEGÍVEIS?

Sim, a aquisição de redes de comunicações para transmissão de dados recolhidos por sensores e associadas aos temas da ENTI, passaram a ser considerados despesas elegíveis no âmbito deste Aviso.

8

SÃO ELEGÍVEIS DESPESAS COM CUSTOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE ATÉ JUNHO DE 2026?

Sim, desde que as despesas correspondam a sistemas a adquirir/atualizar no âmbito do presente Aviso.

9

EXISTE ALGUM FINANCIAMENTO PRÉVIO DE APOIO À PREPARAÇÃO DE CANDIDATURAS?

Não está previsto financiamento prévio de apoio à preparação de candidaturas, nem poderá ser considerada como despesa elegível no âmbito do presente Aviso.

10

EXISTE UM LIMITE DE FINANCIAMENTO POR CANDIDATURA?

Sim, existe um limite de financiamento por candidatura, que é variável de acordo com o n.º de municípios e com o n.º médio de verticais incluídos na candidatura. O limite mínimo de financiamento por candidatura é de 250.000€, e o máximo é de 2 M €.

11

OS VERTICAIS JÁ EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS PODEM SER CONTABILIZADOS PARA O CÁLCULO DO N.º MÉDIO DE VERTICAIS INCLUÍDOS NA CANDIDATURA?

Sim, serão contabilizados para o cálculo do n.º médio de verticais, desde que os seus dados venham a ser partilhados no âmbito do presente Aviso.

12

MOBILIDADE SUAVE, ESTADO DO TRÂNSITO E OCUPAÇÃO DE ESTACIONAMENTO SÃO CONTABILIZADOS COMO 3 VERTICAIS PARA O CÁLCULO DO N.º MÉDIO DE VERTICAIS INCLUÍDOS NA CANDIDATURA?

Sim, apesar de serem todos referentes ao mesmo domínio da ENTI (Mobilidade), serão contabilizados, desde que os dados dos 3 verticais passem a ser partilhados no âmbito do presente Aviso.

13

O LIMITE MÁXIMO DE VERTICAIS A FINANCIAR NO PRESENTE AVISO É DE 10?

Não, poderão ser financiados mais de 10 verticais, sendo que para efeitos de avaliação de candidatura e do limite de financiamento são considerados 10 como número máximo da média de verticais (soma de todos os verticais/soma de todos os municípios que fazem parte da candidatura).

14

O LIMITE MÁXIMO DE MUNICÍPIOS A INTEGRAR A CANDIDATURA É DE 25?

Não, poderão integrar a candidatura mais de 25 municípios, no entanto, para efeitos de avaliação de candidatura e do limite de financiamento são considerados 25 como número máximo de municípios.

15

NO ÂMBITO DE UMA CANDIDATURA EFETUADA POR UM GRUPO DE MUNICÍPIOS, O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PARA AS AQUISIÇÕES PODE SER FEITO DE FORMA AUTÓNOMA PELOS MUNICÍPIOS QUE A CONSTITUEM?

Sim, o processo de contratação pode ser efetuado de forma autónoma pelos municípios que integram a candidatura.

16

NA FASE DE CANDIDATURA, É NECESSÁRIO ENTREGAR ORÇAMENTOS PARA JUSTIFICAR AS DESPESAS A FINANCIAR?

Não, nesta fase apenas são solicitadas estimativas orçamentais, sendo que o pagamento será efetuado por contra reembolso das faturas apresentadas e até ao limite do financiamento aprovado.

OBRIGADO!



territorios.inteligentes@ama.pt



CONTAMOS CONSIGO!



8 a 10 de outubro



FIL – Parque das Nações,
Lisboa

SMARTCITY
EXPO WORLD CONGRESS



5 a 7 de novembro



Fira Barcelona Gran Via,
Barcelona